

Dívida sobe 1,6% até março

A dívida ^{externa} brasileira atingiu 116,9 bilhões em março último, um crescimento de 1,6% em relação a dezembro de 1989 (US\$ 114,7 bilhões). Essa elevação é explicada diante dos atrasos do País com os bancos credores, que já somam cerca de US\$ 7 bilhões, além da variação dos juros (taxa libor do mercado londrino) e do dólar norte-americano. Mesmo assim, o Brasil pagou US\$ 2,9 bilhões em juros no primeiro trimestre, 44,8% a mais em relação a igual período do ano passado, segundo dados divulgados ontem no Brasil Programa Econômico do Banco Central.

De acordo com o relatório trimestral do BC, editado em inglês e português e enviado a todos os credores internacionais, o total de dispêndios com a balança de serviços até março atingiu US\$ 4,5 bilhões. Estão aí incluídos, além dos juros, remessas de lucros e dividendos (US\$ 1,11 bilhão) e gastos com fretes, que registrou déficit de US\$ 389 milhões. O déficit total do balanço de pagamentos (despesas e receitas externas do País) no período foi de US\$ 5,86 bilhões. No mesmo período do ano passado verificou-se um superávit de US\$ 1,9 bilhão.

É o segundo relatório consolidado das contas brasileiras, assinado pelo presidente do BC, Ibrahim Eris, e, ao contrário dos anteriores, não traz projeções das contas até o final do ano. A parcela da dívida externa que apresentou maior aumento foi a de curto prazo, os créditos dos bancos para o comércio exterior. Saltou de US\$ 15,4 bilhões para US\$ 19,5 bilhões, crescimento de 23,4% em relação a dezembro. Já a dívida de médio de longo prazos caiu 1,9%, para US\$ 97,4 bilhões. O BC explica o fato pela valorização do dólar norte-americano em relação às demais moedas estrangeiras.

O BC registra ainda que a dívida externa total foi reduzida em US\$ 2,4 bilhões com pagamento do principal, onde se incluem US\$ 153 milhões em operações de conversão em investimentos e US\$ 118 milhões de pagamentos em cruzeiro. Novos financiamentos estrangeiros representaram ingresso líquido de US\$ 647 milhões no período, entre desembolsos de organismos internacionais e fornecedores e compradores. Ao Clube de Paris, o País pagou US\$ 634 milhões e ao FMI, US\$ 119 milhões.